

Título: <b>Subida da receita fiscal á a mais alta desde 2002</b>					Âmbito: <b>Nacional</b>	Tiragem: <b>21282</b>
2006/12/27	<b>DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL</b>	Pág.1	Imagem: 1/3		Temática: <b>Gestão/Economia/Negócios</b>	GRP: <b>1.9</b>
					Periodicidade: <b>Diária</b>	Inv.: <b>4732.00</b>

# Subida da receita fiscal é a mais alta desde 2002

## AS COBRANÇAS FISCAIS

CONTINUARAM EM BOM RITMO EM 2006, AJUDANDO À DESCIDA DO DÉFICE. NINGUÉM QUER A SAÍDA DE PAULO MACEDO.

**O ANO FOI POSITIVO PARA O FISCO MAS FISCALISTAS ESTÃO PREOCUPADOS COM PERDA DE DIREITOS DOS CONTRIBUINTES.**

Os fiscalistas são unânimes na avaliação do trabalho da Administração Fiscal este ano: muito bom. Os resultados falam por si, com o crescimento das receitas e as cobranças coercivas a atingirem valores recorde. Ainda assim, não deixam de haver críticas. O combate à fraude e evasão fiscais é feita à custa dos direitos dos contribuintes. **P6 e 7**

Título: <b>Subida da receita fiscal á a mais alta desde 2002</b>			[Redacted]	Âmbito: <b>Nacional</b>	Tiragem: <b>21282</b>	
2006/12/27	<b>DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL</b>	Pág.6		Imagem: 2/3	Temática: <b>Gestão/Economia/Negócios</b>	GRP: <b>1.9</b>
				Periodicidade: <b>Diária</b>	Inv.: <b>n.a.</b>	



Paulo Figueiredo

Paulo Macedo, à frente da Direcção-Geral de Impostos desde 2004, termina o mandato em Maio de 2007, não sendo certa a sua continuação no cargo. O salário superior a 20 mil euros pode ditar a sua saída.

# Subida das receitas fiscais no valor mais alto desde 2002

**COMBATE À FRAUDE**, evasão fiscal e desburocratização do sistema foram as palavras de ordem em 2006. Fiscalistas saúdam o esforço feito, mas alertam para a perda de direitos dos contribuintes.

**Paula Cravina de Sousa**  
psousa@economicasgps.com

Receitas fiscais a crescer ao maior ritmo dos últimos quatro anos, com um aumento de 6,7%, de 30,3 mil milhões de euros de 2005, para 32,4 mil milhões de euros este ano, cobranças coercivas a atingir níveis recorde (1,3 mil milhões de euros até Novembro) e eficiência fiscal continua a subir. Estes resultados devem-se não só à subida dos impostos decidida pelo Governo em 2005, mas também ao combate à fraude e evasão fiscal, eleita em 2006 pela Direcção Geral dos Impostos (DGCI) como a grande prioridade. Este ano, o director geral dos Impostos, Paulo Macedo, centrou-se na simplificação

da máquina fiscal, no combate à evasão e fraude fiscal e à economia paralela. Tudo em nome do aumento das receitas fiscais. Foi publicada a lista de devedores do fisco e as penhoras automáticas traduziram-se em cerca de

195 mil ordens. Conclusão, o ano foi muito positivo para a Administração Fiscal. Ainda assim, há vários reparos. António Martins, coordenador do grupo de trabalho que realizou o relatório de simplificação fiscal que

está a ser estudado pelo Governo, afirma que, em termos de política fiscal, "a busca de receita será a preocupação dominante", não só durante este ano, mas também "em 2007 e 2008", já que há "pouca

margem de manobra face à situação de défice orçamental". O especialista realça ainda que "a actuação do lado da despesa será crucial e o verdadeiro teste ao Governo, "pois a receita fiscal não continuará a crescer a

taxas de 8% ou 9% indefinidamente". De entre as medidas concretizadas este ano, os fiscalistas consultados pelo DE destacaram, pela positiva, a simplificação fiscal e o cruzamento de dados. Rogério M. Fernandes Ferreira afirma que "o aperfeiçoamento do sistema informático da DGCI tem vindo a permitir um eficaz cruzamento de dados". Destacada é também a medida anunciada recentemente pelo Executivo que prevê uma parceria entre os Ministérios da Justiça e das Finanças, para acelerar a resolução dos processos judiciais por dívidas fiscais. Menos consensuais foram a publicação da lista de devedores do Fisco, em Julho de 2006, e o levantamento do



**António Martins**  
Coordenador  
Relatório  
Simplificação Fiscal

*"A busca de receita será a preocupação dominante".*



**Rogério M. Fernandes Ferreira**  
Fiscalista

*"É de saudar a preocupação pela estabilidade legislativa e a não realização de reformas estruturais".*



**Tiago Caiado Guerreiro**  
Fiscalista

*"Estão a ser cometidas arbitrariedades massivas contra os contribuintes".*



**Paulino Brilhante Santos**  
Fiscalista

*"É de realçar o esforço feito em termos de eficiência e eficácia fiscal".*

Título: <b>Subida da receita fiscal á a mais alta desde 2002</b>				1	Âmbito: <b>Nacional</b>	Tiragem: <b>21282</b>
2006/12/27	<b>DIARIO ECONOMICO – PRINCIPAL</b>	Pág.7	Imagem: <b>3/3</b>		Temática: <b>Gestão/Economia/Negócios</b>	GRP: <b>1.9</b>
					Periodicidade: <b>Diária</b>	Inv.: <b>n.a.</b>

sigilo bancário. Estas questões continuam a dividir especialistas. Enquanto António Martins as aponta como "medidas positivas para moralizar o sistema", Rogério M. Fernandes Ferreira defende que diminuem "as garantias de defesa dos contribuintes". Todas estas medidas tiveram reflexo na eficiência fiscal (ver infografia), que se espera que atinja este ano os quatro pontos percentuais, um aumento face aos 3,3 pontos percentuais de 2005. O fiscalista Paulino Brilhante Santos afirma que uma das alterações mais significativas em 2006 diz respeito a este domínio. "É de realçar o esforço feito em termos de eficácia e eficiência fiscal, que aumentaram exponencialmente, utilizando os mesmos meios". No entanto, os especialistas alertam também para o reverso da medalha, as consequências negativas da necessidade de aumento das receitas fiscais, imposta pela urgência de reduzir o défice orçamental. Tiago Caiado

*A publicação da lista de devedores é, entre as medidas fiscais implementadas em 2006, a menos consensual.*

Guerreiro defende que "estão a ser cometidas arbitrariedades massivas contra os contribuintes, com atropelos chocantes dos seus direitos fundamentais". A forma como a 'operação furacão' tem sido conduzida é também alvo de críticas. Tiago Caiado Guerreiro explica que a fiscalização em transacções ilícitas é de saudar, mas a forma como a operação furacão tem sido conduzida é lamentável. Paulino Santos afirma também que a publicidade feita em torno das investigações a empresas cria um clima negativo e de insegurança para o investimento. "Cria-se um clima, em que parece que se está à pesca, para ver quem cai na rede", acrescenta. Outras das medidas mais criticadas foram as alterações em sede de caducidade de garantias e de suspensão da prescrição das obrigações tributárias, medida que Rogério M. Fernandes Ferreira afirma arriscar inconstitucionalidade e que Tiago Caiado Guerreiro diz ser um "enorme ataque às garantias dos contribuintes". Pela negativa, António Martins realça ainda a reintrodução dos Planos Poupança Reforma (PPR) no âmbito dos benefícios fiscais. O especialista explica que este produto é sobretudo subscrito pela "classe média alta", pelo que "o retorno dos benefícios fiscais vem ajudar quem não precisa e que pouparia sempre, mesmo sem os benefícios fiscais". ■

#### O melhor de 2006

- Preocupação pela estabilidade legislativa.
- Simplificação da máquina fiscal e administrativa.
- Eficaz cruzamento de dados que permite detectar erros e declarações em falta mais facilmente.
- Medidas de descongestionamento dos tribunais.
- Introdução da componente ambiental no Imposto Automóvel.
- Reforço dos quadros técnicos da inspecção tributária.
- Criação de 'tax forces' a actuar em áreas específicas como a fraude em carrossel.
- Introdução no Orçamento para 2007 dos benefícios à interioridade para as empresas.
- Caducidade dos benefícios fiscais por cinco anos.

#### O pior de 2006

- Suspensão da prescrição das obrigações tributárias.
- Reintrodução dos Planos Poupança Reforma (PPR) aos benefícios fiscais.
- A publicidade em torno da 'operação furacão', que cria um clima prejudicial ao investimento.
- O risco de cometer arbitrariedades contra os contribuintes devido à necessidade urgente de arrecadação de receita.
- Sistema fiscal continua a ser muito complexo e oneroso.